

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO CAMPESINATO: EFEITOS SIGNIFICATIVOS
NO ASSENTAMENTO SANTO ANTÔNIO DO BELEZA, VILA RICA - MT**

**PUBLIC POLICIES AIMED AT THE PEASANTRY: SIGNIFICANT EFFECTS IN THE
SANTO ANTÔNIO DO BELEZA SETTLEMENT, VILA RICA – MT**

**POLÍTICAS PÚBLICAS ORIENTADAS AL CAMPESINADO: EFECTOS
SIGNIFICATIVOS EN EL ASENTAMIENTO SANTO ANTÔNIO DO BELEZA, VILA RICA
– MT**



10.56238/revgeov16n5-058

Jane Matos da Silva

Graduada em Filosofia e Mestre em Geografia
Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
E-mail: janemattos28@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0727877766586112>

Aumeri Carlos Bampi

Doutor em Filosofia e Ciências da Educação
Universidade de Santiago de Compostela, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
E-mail: aumeri@unemat.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4800812434410023>

Cristina Aragão Feitosa

Especialista em Educação do Campo, Especialista em Direitos Humanos
Instituição: Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Universidade do Estado de Mato Grosso
(UNEMAT)
E-mail: cristinakiki2009@hotmail.com

José Luiz Muller

Doutor em Educação
Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade do Estado de Mato
Grosso (UNEMAT)
E-mail: jose.muller@unemat.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9584593528150949>

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas que apoiaram a afirmação socioeconômica camponesa no Assentamento Santo Antônio do Beleza (Vila Rica-MT). A pesquisa é qualitativa, com procedimento de levantamento de dados e pesquisa de campo (entrevistas) e observação direta a campo com 5 visitas ao assentamento durante os anos de 2023 e 2024. Entrevistas e diálogos foram realizados com dez assentadas, de modo a detectar a presença e efeitos das políticas públicas e ações governamentais (programas federais, estaduais e ações municipais). Como procedimentos, houve o levantamento histórico do assentamento e da agrovila; levantamento produtivo; registro de



infraestrutura; identificação do acesso ao Bolsa Família, ao PRONAF/ PRONAF A, Fomento, PAA, PNAE, Luz para Todos e PNHR, dentre outros. Os resultados indicam que as políticas estruturantes ampliaram renda, trouxeram segurança alimentar e fixação das famílias; a eletrificação (2011) e o PNHR (desde 2009) foram marcos; a escola na agrovila organizou o território e fortaleceu a educação no campo; há produção leiteira (~10 mil L/dia; 12 resfriadores) e de alimentos diversos, feira de mulheres e farinha comunitária; o PRONAF Mulher avançou, embora limitado por barreiras patriarcais e informacionais. Os direitos previdenciários como licença-maternidade e aposentadoria foram decisivos. Nota-se que para a materialização das políticas houve a articulação entre União-Estado-município no desenvolvimento de ações fundamentais à existência e continuidade do assentamento camponês.

Palavras-chave: Assentamento Rural. Políticas Públicas. Campesinato.

ABSTRACT

This study aims to analyze how public policies have supported the socioeconomic affirmation of peasant families in the Santo Antônio do Beleza Settlement (Vila Rica, Mato Grosso, Brazil). The research adopts a qualitative approach, employing data collection, field research (interviews), and direct field observation conducted during five visits to the settlement between 2023 and 2024. Interviews and dialogues were carried out with ten families to identify the presence and effects of public policies and government actions (federal, state, and municipal programs). The methodological procedures included a historical survey of the settlement and its agro-village; productive mapping; infrastructure assessment; and identification of access to programs such as Bolsa Família, PRONAF/PRONAF A, Fomento, PAA, PNAE, Luz para Todos, and PNHR, among others. The results indicate that structural policies increased income, promoted food security, and strengthened family settlement. Electrification (2011) and the PNHR (since 2009) were key milestones; the school in the agro-village structured the territory and reinforced rural education. There is significant dairy production (approximately 10,000 L/day; 12 cooling tanks) and a diversity of food crops, as well as a women's market and a community flour mill. The PRONAF Mulher program made progress, although still constrained by patriarchal and informational barriers. Social security rights such as maternity leave and retirement benefits were decisive. The materialization of these policies resulted from the articulation among federal, state, and municipal entities, whose combined efforts were essential for the existence and continuity of the peasant settlement.

Keywords: Rural Settlement. Public Policies. Peasantry.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar las políticas públicas que respaldaron la afirmación socioeconómica campesina en el Asentamiento Santo Antônio do Beleza (Vila Rica-MT, Brasil). La investigación es de carácter cualitativo, con procedimientos de levantamiento de datos, trabajo de campo (entrevistas) y observación directa, realizados durante cinco visitas al asentamiento entre los años 2023 y 2024. Se efectuaron entrevistas y diálogos con diez mujeres asentadas, con el fin de identificar la presencia y los efectos de las políticas públicas y de las acciones gubernamentales (programas federales, estatales y municipales). Como procedimientos, se realizaron el levantamiento histórico del asentamiento y de la agrovila; el diagnóstico productivo; el registro de la infraestructura; y la identificación del acceso a los programas Bolsa Familia, PRONAF/PRONAF A, Fomento, PAA, PNAE, Luz para Todos y PNHR, entre otros. Los resultados indican que las políticas estructurales incrementaron los ingresos, promovieron la seguridad alimentaria y la permanencia de las familias; la electrificación (2011) y el PNHR (desde 2009) constituyeron hitos fundamentales; la escuela en la agrovila organizó el territorio y fortaleció la educación rural; existe producción lechera (~10 mil L/día; 12 enfriadores) y de alimentos diversos, una feria de mujeres y una planta comunitaria de procesamiento de harina; el PRONAF Mujer avanzó, aunque limitado por barreras patriarcales e informacionales. Los derechos previsionales, como la licencia por maternidad y la jubilación, fueron decisivos. Se observa que la materialización de estas políticas fue posible gracias a la articulación entre



la Unión, el Estado y el municipio en el desarrollo de acciones fundamentales para la existencia y continuidad del asentamiento campesino.

Palabras clave: Asentamiento Rural. Políticas Públicas. Campesinado.



1 INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva relatar, a partir da pesquisa de campo e diálogos com membros de um assentamento rural, sobre a presença e o papel exercido pelas políticas públicas direcionadas ao campesinato. Analisa-se de que modo tais políticas se constituíram em importantes instrumentos de apoio à afirmação do campesinato brasileiro nas últimas décadas (2000-2020), observando o caso específico de um assentamento rural.

Para isto, a investigação tomou como foco um caso concreto: o assentamento Santo Antônio do Beleza, no município de Vila Rica, interior do estado de Mato Grosso, no qual foram realizadas diversas visitas nos anos de 2023 e 2024, realizadas observações a campo e contactadas 10 mulheres camponesas para a realização de entrevistas.

O estudo encontra justificativa na necessidade de entender a presença do estado brasileiro, em seus diferentes entes, de modo a analisar a capilaridade das ações governamentais, em especial como agente indutor àquelas comunidades vulneráveis e que necessitaram de suporte para seu desenvolvimento socioeconômico.

Desse modo, em primeiro lugar, apresenta-se uma breve reflexão sobre as políticas públicas direcionadas ao campesinato brasileiro a partir da década de 1990, na sequência é exposta a metodologia e posteriormente é analisado empiricamente o papel das políticas públicas em apoio ao campesinato no assentamento Santo Antônio do Beleza - Vila Rica - MT em suas diversas dimensões.

De modo geral, as políticas públicas são ações e decisões do Estado (governos e administração pública, nos três poderes e níveis: federal, estadual e municipal) destinadas a enfrentar problemas de ordem coletiva, visando garantir os direitos sociais no sentido de promoção de qualidade de vida e bem-estar social. A materialização é estabelecida em uma ou mais leis ou decretos-leis que constituem programas, projetos, serviços, obras, regulações e incentivos a um determinado grupo social.

No caso estudado, a análise versa sobre as políticas públicas direcionadas ao campesinato despossuído da propriedade da terra e em precárias condições socioeconômicas, que constituiu uma ocupação espontânea irregular de uma área que já estava destinada à formação de um assentamento na região Nordeste do estado de Mato Grosso. Inicialmente a representação sindical dos/as trabalhadores/as em Vila Rica não assumiu a causa, pois era uma ocupação ilegal. Sanada a questão, o sindicato foi instrumento essencial no processo de estruturação do assentamento.

Neste sentido, é preciso destacar que uma das primeiras ações de políticas públicas no que se refere a esse grupo social de camponeses foi a tramitação da regularização fundiária com a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), atuação da Justiça Federal, Ministério Público Federal e Polícia Federal, situação que possibilitou a inserção de outras ações governamentais.



2 POLÍTICAS PÚBLICAS AO CAMPESINATO NO BRASIL (1960-2020)

Desde meados da primeira metade do século XX os camponeses pressionavam por políticas específicas que os atendessem, sem muito sucesso (Martins, 2000). Para Oliveira (2001), no final do século XX, a construção das políticas públicas voltadas ao campesinato brasileiro esteve diretamente relacionada às transformações do Estado brasileiro, à mobilização social e à disputa política entre modelos de desenvolvimento rural, em especial pela redemocratização e reorganização civil da sociedade brasileira.

Segundo Oliveira (2001), o Governo João Goulart (1961-1964) com a criação da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) pretendia avançar no processo de democratização do acesso à terra, mas foi interrompido pelo golpe militar de 1964. No período ditatorial de (1964-1985) foi aprovado o Estatuto da Terra, mas de fato, o governo nunca o aplicou; ao invés, promoveu o deslocamento massivo de populações camponesas das regiões Sul, Sudeste e Nordeste (migrações intrarregionais) inserindo-as na colonização no Centro-Oeste e na Amazônia produzindo uma “contra-reforma agrária”. Já o Governo Sarney (1985–1990) criou o 1º Plano nacional de Reforma Agrária (PNRA), mas apenas 8% das metas foram cumpridas. Nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995) houve o abandono da reforma agrária, crescimento do controle das políticas para o campo pela influência da extrema direita política via União Democrática Ruralista (UDR) e o abandono de atendimento às reivindicações camponesas.

A partir da década de 1990, especialmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), consolidou-se um paradigma de modernização agrícola orientado pelo mercado, com ênfase na integração do agronegócio à economia global e na redução do papel do Estado como indutor do desenvolvimento (Fernandes; Fabrini, 2014).

Nesse contexto, as políticas voltadas ao campo mantiveram um caráter compensatório e focalizado, com destaque para a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996. Entretanto, foi o início do reconhecimento governamental da agricultura familiar como categoria produtiva, ainda que subordinada à lógica financeira, creditícia e de produção comercial de larga escala (Leite, 2004). Foi ainda instituído o Programa de Crédito Fundiário através do “Banco da Terra” no ano de 1999, seguindo a proposta do Banco Mundial. Ocorre que, desse modo, o acesso à terra se dava via crédito e endividamento, situação altamente criticada, pois era uma forma de privatização da reforma agrária sobre os mais vulneráveis. Também foi criado o 2º Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1999, promovendo assentamentos rurais pelo INCRA, mas o oferecimento da infraestrutura foi precário (Navarro, 2001; Oliveira 2001).

Quanto ao PRONAF, em sua fase inicial, não conseguiu superar as desigualdades estruturais historicamente estabelecidas no campo. A priorização de linhas de crédito voltadas à produção comercial e a ausência de instrumentos de fomento à reforma agrária e à infraestrutura rural



mantiveram o campesinato em condição de alta fragilidade socioeconômica (Butto, 2011; Kreter; Bacha, 2006). Esse período foi caracterizado por uma política agrária ambígua: de um lado, o estímulo ao mercado de terras e à regularização fundiária privada; de outro, a repressão aos movimentos de luta pela terra (Mendes, 2021).

Com o governo capitaneado por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) ocorreu uma mudança substancial, e novos rumos das políticas ao campesinato foram estabelecidos. A partir de uma orientação territorial e socialmente inclusiva, o Estado brasileiro passou a reconhecer a pluralidade da socioespacialidade rural do país e suas vulnerabilidades, e a valorizar o papel das comunidades camponesas em sua diversidade, quer como partícipes do desenvolvimento local ou do desenvolvimento regional. Desse modo, foram criados e fortalecidos um conjunto de programas vistos como estruturantes. Dentre eles, destacam-se a melhoria do PRONAF, o Programa Mais Alimento, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o Luz para Todos e as linhas específicas do PRONAF Mulher e PRONAF Jovem (Brasil, 2003; Butto, 2011).

Tais políticas, juntamente com o programa de melhoria da educação do campo, transporte escolar e ampliação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aumentaram a capilaridade das ações das políticas públicas federais nas áreas rurais. O conjunto de programas, somado a outros de caráter social amplo, permitiu que comunidades do assentamento como o Santo Antônio do Beleza, tivessem acesso à bolsa família, à eletrificação, ao crédito produtivo, à moradia rural, à educação e à inclusão previdenciária.

O enfoque adotado desde o primeiro governo Lula incorporou o conceito de desenvolvimento territorial sustentável, operacionalizado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), integrando políticas produtivas, sociais e de infraestrutura (Fonseca *et al.*, 2021).

Durante os governos de Dilma Rousseff (2011-2016), manteve-se o mesmo eixo de valorização da agricultura familiar e camponesa, mas com reforço nos programas de combate à pobreza rural e na articulação entre políticas sociais e produtivas. O Plano Brasil Sem Miséria e a ampliação do Programa Bolsa Família foram altamente relevantes para a elevação e melhoria das condições de vida no campo. Além disso, a presidenta Dilma impulsionou a expansão do Minha Casa Minha Vida Rural, garantindo moradia digna a milhares de famílias assentadas (Brasil, 2009; Salvaro; Lago; Wolff, 2013).

Apesar de certas limitações impostas por crises políticas e econômicas, esses governos impulsionam a materialidade das políticas públicas federais direcionadas ao campesinato, reconhecendo-o como sujeito de direitos e não apenas como beneficiário de políticas compensatórias ocasionais ou pontuais.



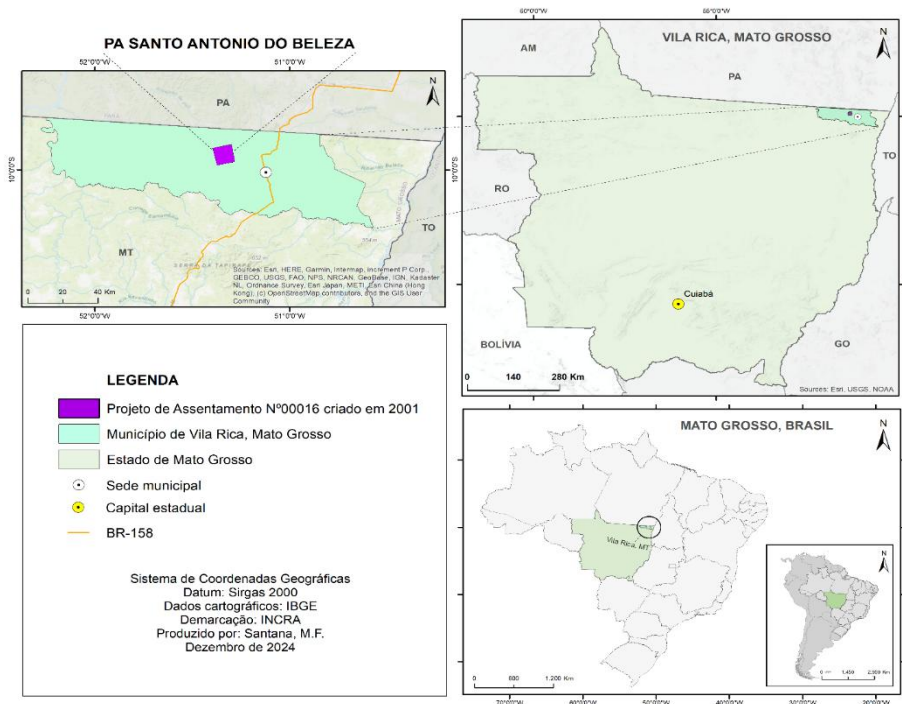
3 METODOLOGIA

3.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo localiza-se no Projeto de Assentamento Santo Antônio do Beleza, no estado Mato Grosso, região do Baixo Araguaia, administrativamente vinculado ao município de Vila Rica-MT. O acesso é feito pela BR 158 em direção ao estado do Pará, seguindo por uma estrada pavimentada por cerca de 10 km até o entroncamento à esquerda, que leva ao Assentamento Ipê. Em seguida, percorre-se aproximadamente 30 km dentro do Assentamento Ipê até chegar ao Assentamento Santo Antônio do Beleza.

De acordo com o mapa do Censo do IBGE (2022), a delimitação da área de estudo possui um formato predominantemente quadrado, resultado das medições realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma (INCRA).

Figura 1. Localização do assentamento Santo Antônio do Beleza, Vila Rica – MT



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do IBGE, 2025.

3.2 O UNIVERSO DA PESQUISA E A POPULAÇÃO ENVOLVIDA

O assentamento Santo Antônio do Beleza é composto por uma população camponesa caracterizada por lutas e desafios para a sobrevivência, nos quais os residentes enfrentaram dificuldades para o acesso à terra, a emancipação e a titulação, resultando, primeiro, na formação de uma comunidade informal que a partir de interações culturais, econômicas, políticas e socioterritoriais culminou na formalização do assentamento e na sua consolidação.

Historicamente, devido à demora na desapropriação e na efetivação da criação do Assentamento Santo Antônio do Beleza, a área foi ocupada de modo espontâneo, em meados do ano



de 2000, por pessoas oriundas dos arredores do município de Vila Rica, MT e famílias oriundas do sul do estado do Pará. Em sua maioria, eram trabalhadores informais em fazendas latifundiárias de agropecuária na região do Araguaia, nordeste do estado de Mato Grosso e Sul do Pará, que buscavam melhores perspectivas e um espaço próprio para viver e trabalhar.

No entanto, no processo de ocupação informal, os membros incluíram tanto famílias sem-terra quanto indivíduos interessados em lucrar com a exploração da madeira como o Pau Brasil (*Paubrasilia echinata* e outras espécies florestais de alto valor comercial) e com a revenda das terras ocupadas.

A área inicialmente era destinada às famílias cadastradas no Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) como beneficiárias da reforma agrária. Essas famílias aguardavam os procedimentos legais conduzidos pelo INCRA para assegurar seu assentamento e o reconhecimento de seus direitos. Devido à morosidade houve a ocupação irregular que em menos de seis meses expandiu por toda a área reservada ao assentamento. Assim, muitas famílias cadastradas que seriam destinadas a este assentamento tiveram que ser posteriormente alocadas a outros projetos.

Nesse mesmo ano de 2000, então, esse espaço foi ocupado por dois grupos distintos: aqueles que buscavam terra para viver, cultivar e criar suas famílias, que enfrentando diversas dificuldades adentraram às terras mesmo sem legalidade; e grileiros que visavam o lucro, invadindo a terra com o intuito de extrair madeira e posteriormente comercializá-la, assim como realizar a venda ilegal das porções ocupadas e obter lucro com o comércio de áreas. A terra era vendida informalmente, transferindo o “direito de posse”.

Passada a situação, com a atuação do INCRA e órgãos federais de justiça (Ministério Público Federal e Justiça Federal) e segurança (Polícia Federal) os grileiros foram retirados e permaneceram nas posses, após criteriosa análise, apenas aqueles relacionados à agricultura familiar, em parte ocupantes ilegais e em parte cadastrados que teriam as terras destinadas no próprio assentamento, mas que também haviam se inserido no processo de ocupação espontânea de modo a não perder seus esforços de acesso à terra.

O assentamento possui 216 lotes rurais de 10 alqueires (≈ 25 ha), destinados a 216 famílias. Entretanto, a dificuldade de fixação de muitas delas resultou novamente na venda irregular dos lotes. A compra dessas posses por vizinhos não só levou ao aumento do tamanho de algumas propriedades, como também reduziu parte da população residente. Na época do estudo o assentamento contava com 186 (cento e oitenta e seis) famílias, caracterizando um processo de rotatividade, onde algumas famílias saíram do assentamento e outras concentraram terras pela aquisição das propriedades daquelas que se ausentaram. Em 2023, estimava-se uma população de 320 pessoas.

Como núcleo base existe uma agrovila, situada no centro do assentamento, composta também por 216 (duzentos e dezesseis) lotes com tamanho de 300 metros quadrados destinados às moradias. A agrovila foi planejada como um núcleo habitacional destinada aos assentados que desejassem se



concentrar em uma área comunitária, facilitando o acesso a serviços e promovendo interação social, por isso a correspondência entre o número de lotes agrícolas e os lotes da agrovila.

No entanto, devido às dificuldades de locomoção ao espaço de trabalho, muitos moradores optaram por residir em suas terras rurais, tendo doado os lotes da agrovila para instituições religiosas ou pessoas necessitadas não assentadas, fortalecendo a coesão, a interação social e a solidariedade entre os assentados. Atualmente, a agrovila abriga pequenos comércios como mercados, restaurantes e sorveterias, oficinas mecânicas e borracharias, que fomentam a economia interna, a interação comunitária e a realização de pequenos serviços básicos à comunidade de assentados.

A agrovila representa, portanto, mais do que um núcleo habitacional. Ela é também um espaço de confluência social, convivência, troca e suporte mútuo, essencial para a consolidação da identidade comunitária no Assentamento Santo Antônio do Beleza e desenvolvimento humano e social, pois concentra as atividades educacionais, de saúde, sociais (encontros religiosos e festivos) e econômicos (pequenos negócios comerciais).

No âmbito da produção, na atualidade o assentamento se destaca pela agricultura familiar com a produção de alimentos e pela pecuária leiteira (leite e queijos diversos, manteiga, nata, dentre outros produtos lácteos), além da criação de pecuária bovina de corte, suínos e aves. As famílias ainda cultivam uma grande diversidade de produtos alimentícios como mandioca, batata doce, abacaxi, bananas de diversas espécies, hortaliças e frutas tropicais, incluindo laranja, maracujá, mamão, tamarindo e cupuaçu, dentre outras. Esses produtos são frutos do trabalho agrícola que sustentam tanto a economia local quanto proporcionam a segurança alimentar dos assentados, provendo ainda um retorno econômico necessário à reprodução socioeconômica e cultural dos assentados.

3.3 PROCEDIMENTOS

A pesquisa de cunho qualitativo envolveu como técnica os seguintes procedimentos: levantamento histórico do assentamento, pesquisa de campo com observação direta, entrevistas, registro fotográfico e caderno de campo. Foram realizadas cinco visitas ao assentamento para a realização da observação direta das atividades produtivas nos sítios (20 propriedades foram visitadas), moradias, estradas, infraestrutura de redes de energia, de comunicação, organização e funcionamento da agrovila, em especial a escola, transporte escolar, merenda e a feira da agricultura familiar.

Foi ainda realizado o registro fotográfico e foram realizadas entrevistas com autorização expressa das assentadas em horários definidos pelas participantes com duração de aproximadamente 50 minutos de diálogo. No caderno de campo foram registradas as principais informações fornecidas pelas camponesas entrevistadas, bem como foram registradas em áudio e posteriormente transcritas.



As questões principais da interlocução com as camponesas envolveram a presença das políticas públicas diversas (acesso à terra, apoio à subsistência, fomento, mobilidade, educação, saúde, moradia, energia, comunicação) no assentamento desde o período inicial no ano de 2000 até o ano de 2024.

As participantes foram 10 camponesas assentadas que após contactadas via aplicativo de mensagens, concordaram em ceder entrevistas. O critério de escolha exclusiva do público feminino e de assentadas que participaram desde a fase inicial do assentamento se deve ao fato de que a pesquisa buscava dar espaço às vozes femininas, dentro de projeto maior de investigação denominado *A formação do assentamento Santo Antônio do Beleza: territorialidades femininas no Araguaia no contexto do patriarcado*, aprovada em 2023, junto ao Comitê de Ética da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) sob parecer nº 38110524.4.0000.5166.

4 O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SANTO ANTÔNIO DO BELEZA

A presença das políticas públicas no Assentamento Santo Antônio do Beleza reflete uma longa luta dos camponeses por reconhecimento e estabelecimento de direitos fundamentais frente ao Estado brasileiro. Como destaca Mendes (2021), foi preciso quase meio milênio no Brasil para que finalmente se estabelecessem ações políticas voltadas ao campesinato, bem como gerassem efeitos significativos à vida do mesmo, ainda que também não tenham sido uniformes em sua efetivação no país, dadas as grandes diferenças regionais.

Compreendemos que historicamente, os camponeses sofreram as consequências de dois macro fenômenos político-econômicos: o primeiro pelo estabelecimento das políticas latifundiárias de constituição do campo brasileiro desde a ocupação colonial até a atualidade, recrudescida pela Lei de Terras de 1850; e segundo pelo processo de modernização agrícola autoritária, concentradora e excludente que se abateu com a mecanização do campo e inserção da agricultura comercial fortalecida por políticas econômicas governamentais na segunda metade do século XX. A situação resultou em mão de obra barata e ou desocupada no campo, forçando o êxodo rural em busca de oportunidades laborais nos contextos urbanos ou em regiões de fronteira agrícola como o Centro-Oeste e Amazônia, espaço em que a busca por terra ainda é muito presente, muito embora a estrutura fundiária no Centro-Oeste e Amazônia está calcada em imensos latifúndios.

A modernização agrícola no Brasil, conforme discutido por Edmilson Fabrini e Bernardo Mançano Fernandes (2014), trouxe impactos significativos no campo, especialmente para o campesinato. Para os autores, esse processo favoreceu principalmente grandes proprietários de terras, enquanto os camponeses continuaram marginalizados e com pouco acesso a melhorias substanciais nas suas condições de vida.

A adoção de novas tecnologias, bem como subsídios governamentais quase que exclusivos à agricultura comercial aumentou a produtividade, mas não alterou as profundas desigualdades sociais



no campo, e a falta de acesso a direitos básicos do campesinato permaneceu, adicionando ainda passivos socioambientais.

Neste sentido, a partir dos movimentos sociais e do fortalecimento do sindicalismo rural entre 1970 e 1990, o Governo Federal foi pressionado a adotar políticas públicas específicas para o setor agrícola. Embora as primeiras políticas não tenham sido eficazes, em 1996, como resposta às intensas mobilizações camponesas, o Brasil implementou a primeira política voltada efetivamente para a agricultura camponesa: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Hoje esse programa abrange diversas vertentes, como moradia, fomento e o PRONAF Mulher, visando apoiar as famílias do campo em diversas áreas.

A partir do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) como presidente do Brasil, já em seu primeiro ano de governo, a abordagem das políticas públicas teve alteração substancial em favor da agricultura familiar, passando a adotar uma perspectiva territorial e diferenciada entre o que seria o campesinato e a agricultura comercial, muito embora essa última sempre conseguiu maior acesso aos recursos, financiamentos e subsídios, situação colocada por governos anteriores e pela influência política e econômica do modelo produtivo do agronegócio, já estabelecido anteriormente ao governo popular.

A criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no Ministério do Desenvolvimento Agrário foi uma das iniciativas principais, com o objetivo de coordenar projetos voltados ao desenvolvimento sustentável das áreas rurais.

O Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), o Programa Luz para Todos, o Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida, tiveram efeitos importantes na vida camponesa. Mas os desafios para garantir uma distribuição mais justa de terras e recursos, como proposto por Fabrini e Mançano Fernandes (2014) ainda não estão superados. Eles defendem uma reforma agrária eficaz dentro de um conjunto de direitos sociais e individuais, promovendo maior igualdade social e o acesso à terra de forma mais justa para os camponeses.

5 BOLSA FAMÍLIA: COMBATE À POBREZA NO CAMPO E INCLUSÃO SOCIAL

No início da ocupação espontânea do assentamento na década de 2000, a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar marcavam o cotidiano das famílias na ocupação, conforme relata uma assentada. “Painéis vazios e o olhar preocupado das mães refletiam a incerteza do amanhã” (Camponesa 1, 2023). Vê-se que a realidade inicial do assentamento era assolada pelo flagelo da fome e comia-se apenas mandioca e abóbora. A assentada relata que “Havia tudo por fazer (moradias,



abertura de áreas para o cultivo das roças, espaços para os poucos animais domésticos) enquanto a fome transformava a espera em lágrimas silenciosas dentro do espaço de ocupação irregular”.

Foi nesse cenário que o Bolsa Família, em especial a partir de 2003, surgiu no assentamento como esperança e alento, uma ponte entre a escassez e a dignidade de se nutrir e cuidar da família. Muito mais do que transferência de renda, o programa tornou-se um alicerce, permitindo que as famílias assegurassem comida à mesa e acessassem direitos básicos como saúde e educação, segundo a camponesa 1 (2023).

Na ocupação de Santo Antônio do Beleza, o programa foi uma semente de mudança. Ele não apenas aliviou a fome imediata, mas também fortaleceu e oportunizou condições, segundo as camponesas, para reduzir as desigualdades sociais e impulsionar o desenvolvimento local com a compra e venda de alimentos internamente ao assentamento, junto a outros assentamentos e mesmo na cidade. Portanto, como diz uma entrevistada, “(...) mais do que números ou valores, o bolsa família representou histórias de superação, transformando o futuro de uma comunidade” (Camponesa 10, 2023).

6 POLÍTICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Embora concentre seus esforços na área da saúde na sede municipal, a Prefeitura municipal de Vila Rica, MT, desenvolveu a partir do Sistema Único de Saúde (SUS) ações específicas aos assentamentos rurais, tendo o assentamento Santo Antônio do Beleza sido contemplado com o Projeto Saúde no Campo, sendo realizadas consultas médicas, atendimento de enfermagem, atualização de vacinas tanto ao público infantil, quanto ao público adulto e idoso, dentre outros acompanhamentos básicos. As iniciativas envolveram ainda a atenção primária e a vigilância epidemiológica. Houve ainda o acompanhamento junto às famílias através da Agente Comunitária de Saúde que reside junto ao assentamento e realizava visitas domiciliares regulares.

A educação foi outra política pública que se estendeu ao campo considerando as diversidades socioculturais e geoeeducacionais. Neste sentido, a construção de escola na agrovila em parceria da Prefeitura Municipal com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - governo federal - desempenhou um papel central no desenvolvimento do assentamento Santo Antônio do Beleza, provocando também a necessidade da abertura de estradas adequadas para que houvesse o acesso à educação, bem como acabou servindo de ponto de encontro das famílias e ajudando a fixá-las no assentamento. Implantada a escola, as mães não precisavam permanecer na cidade para que seus filhos estudassem e então o núcleo familiar permanecia na terra.

Anteriormente, a única escola disponível para as crianças e adolescentes que residiam no Assentamento Santo Antônio, no município de Vila Rica, Mato Grosso, ficava no assentamento vizinho chamado Aracati. Para frequentá-la, os alunos precisavam caminhar longas distâncias a pé (cerca de



cinco a seis km) por veredas ou trilhas chamadas de carreadores, o que motivou a criação de três salas anexas em pontos mais acessíveis do Assentamento Santo Antônio do Beleza. Essas salas receberam o mesmo nome da escola principal, Escola Municipal Sagrado Coração de Jesus, e foram denominadas: Sala Anexa I, localizada na Agrovila; Sala Anexa II, situada na parcela do senhor Nelson Silva; e Sala Anexa III, instalada na propriedade do senhor Ademar Inocêncio.

A instalação dessas salas foi resultado da luta e articulação comunitária, conforme relatam as assentadas, a partir de reuniões realizadas com vereadores e o prefeito do município de Vila Rica, Mato Grosso, no início da década de 2000. Ressalta-se que as salas anexas foram construídas em mutirões envolvendo as famílias da comunidade com a utilização da madeira disponível localmente. A administração municipal colaborou fornecendo telhas, pregos, cimento e combustível para o transporte da madeira. As construções eram de tábuas brutas sem polimento. As salas anexas ficavam distantes cerca de 10 km umas das outras. Posteriormente a administração municipal forneceu materiais pedagógicos, merenda, professores e funcionários para o funcionamento das salas.

As professoras e agentes de nutrição eram moradoras do próprio assentamento, e cada sala atendia de 15 a 25 alunos dos primeiros anos da educação básica (do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental). O ensino era multisseriado, ou seja, alunos de diferentes séries estudavam juntos em uma mesma sala. Com o aumento da demanda educacional, surgiu a necessidade de oferecer as etapas finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). Em 2007, após novas reivindicações, a escola da agrovila passou a oferecer o ensino fundamental completo, do 1º ao 9º ano.

Apesar disso, a comunidade continuava a lutar por uma escola centralizada na agrovila, que atendesse satisfatoriamente a todas as famílias, o que exigia também a necessidade de transporte escolar, pois na época as estradas do assentamento eram extremamente precárias, tornando o tráfego difícil até para motocicletas, especialmente durante o período chuvoso, situação apenas superada pela locomoção a pé ou uso de animais (cavalos e mulas).

O corpo docente era composto por mulheres, professoras que moravam longe das salas anexas e precisavam utilizar cavalos e mulas como meio de transporte para conseguir acessar as escolas e cumprir suas funções pedagógicas, bem como as agentes de nutrição e limpeza que atuavam.

O Assentamento Beleza Oeste, que atualmente está devidamente regularizado, faz divisa com o Assentamento Santo Antônio do Beleza. Essa proximidade gerou desde a ocupação uma relação de cooperação e compartilhamento de infraestrutura entre as comunidades camponesas.

Em 2008, a estrada que conectava os dois assentamentos foi melhorada através da intervenção municipal com recursos do INCRA, facilitando o transporte local e permitindo a chegada e trânsito do primeiro ônibus escolar no Assentamento Santo Antônio, através do Programa Caminho da Escola do governo federal. Essa melhoria foi um marco importante, pois viabilizou a união das salas anexas I e II em um único espaço, promovendo melhores condições para a socialização e a educação das crianças.



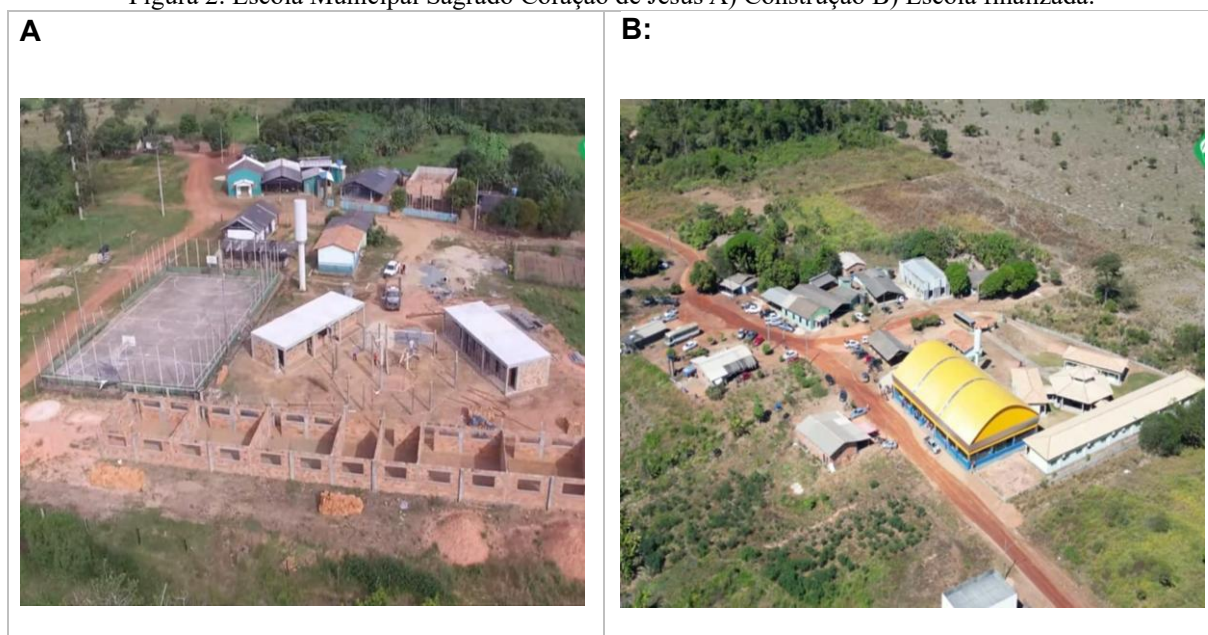
A unificação das três salas anexas, no entanto, só foi alcançada em 2011, quando a estrutura educacional do Assentamento Santo Antônio foi consolidada. A estrada, além de representar uma via de conexão, também simbolizou a integração entre comunidades que buscavam superar desafios semelhantes, como o acesso à educação e infraestrutura básica, bem como a convivência dos assentados, a troca de saberes e experiências, o intercâmbio de produtos e os pequenos negócios.

A comunidade continuou a lutar por melhorias, incluindo o Ensino Médio e a EJA (Educação de Jovens e Adultos), dada a situação de baixa escolaridade entre camponesas e camponeses jovens e adultos. Em 2016, após reivindicações em anos anteriores, programas como o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa de Apoio à Educação de Jovens e Adultos (PEJA) foram implantados, embora em espaços físicos improvisados e precários.

Em 2020, foi inaugurada a nova escola, construída com recursos do Governo Federal, por meio do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com a Prefeitura Municipal de Vila Rica. A obra reivindicada e planejada ainda em anos anteriores, teve sua construção aprovada em 2016, tendo sido iniciada a construção em 2017 (figura 2 - A) e concluída em 2020 (figura 2 - B), com custo aproximado de um milhão de reais à época.

A escola (figura 2) possui seis salas de aula, secretaria, sala dos professores, diretoria, laboratório de informática, biblioteca, pátio, banheiros, almoxarifado e cozinha, atendendo atualmente aproximadamente 130 alunos e oferece desde a Educação Infantil até o Ensino Médio Regular e EJA, sendo uma das escolas com uma estética admirável na região, com 11 (onze) profissionais da educação licenciados, funcionários de limpeza, nutrição e administrativo, atendendo a demanda escolar local.

Figura 2. Escola Municipal Sagrado Coração de Jesus A) Construção B) Escola finalizada.



Fonte: acervo dos autores, 2022. Imagem cedida por Israel Monteiro.

Nesse sentido, várias políticas públicas foram implementadas por governos diversos, mas é preciso destacar os programas dos governos populares, em especial sob o comando do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e, posteriormente, de Dilma Rousseff, pois tiveram um olhar para a educação do campo, valorizando os/as camponeses/as e seus filhos e filhas, em articulação com o município de Vila Rica, MT.

Assim, por esse motivo o assentamento rural Santo Antônio do Beleza, no município de Vila Rica-MT, constitui um dos inúmeros exemplos de apoio ao campesinato e à agricultura camponesa, pois a implantação articulada entre os entes estatais (União e prefeitura municipal) da infraestrutura educativa (prédios, ônibus escolares, móveis e equipamentos pedagógicos, bem como os programas educativos) é ponto fundamental para o apoio à reprodução sociocultural e socioeconômica das famílias do/no campo e do desenvolvimento humano e social.

7 PRONAF E FOMENTO

Os trabalhadores e as trabalhadoras do assentamento enfrentaram enormes dificuldades. Muitos deles sem condições financeiras para permanecer no período inicial, que somada a condição de irregularidade desistiram dos lotes rurais. Houve ainda a lentidão para acesso aos financiamentos como o PRONAF e o Fomento em virtude dessa questão. No entanto, em 2008, um grupo significativo de assentados e assentadas foi beneficiado com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF A e Fomento. Tais programas ofereceram suporte financeiro para os assentados no processo inicial.

Quanto ao PRONAF A, os recursos foram direcionados principalmente para a compra de gado bovino de corte (figura 3), e posteriormente para aquisição de gado bovino leiteiro, situação que deu impulso à vida comunitária no que se refere à questão socioeconômica, produção e geração de renda de forma contínua.

Figura 3. Gado bovino de corte (raça Nelore)



Fonte: Jane Matos da Silva, 2014.



O programa de Fomento, por sua vez, foi direcionado para a compra de ferramentas para o uso nas propriedades como insumos, carrinho de mão, enxadas, foices e demais equipamentos necessários à lida do campo. Este foi essencial para aparelhar a comunidade do campo com instrumentos de trabalho, dado o desprovimento de equipamentos básicos.

Além disso, houve a doação de um trator agrícola com equipamentos diversos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em convênio com o governo de Mato Grosso - Secretaria de Desenvolvimento Rural (SEDER), que foi cedido em comodato à associação dos assentados em 2008. A chegada da máquina foi um marco importante para o desenvolvimento econômico do assentamento, substituindo em parte a atividade manual e a tração animal (os carros de boi, equinos e muares) no feitiço das roças, melhorando a eficiência e amplificando as áreas com atividades agrícolas. A gestão dos equipamentos foi realizada pela associação de produtores.

Com a chegada ao assentamento no ano de 2009 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) criado pela Lei nº 11.947, de 16/06/2009, que dispôs sobre a alimentação escolar (PNAE), e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que havia sido criado por meio da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, abriram-se novas oportunidades para que os produtos cultivados pudessem ser comercializados não somente na escola da comunidade, mas em escolas de outros assentamentos e da zona urbana de Vila Rica, MT. Ambos programas constituíam também parte das políticas estruturantes das ações do Programa Fome Zero, do Governo Federal. Essas políticas tinham como objetivos atingir as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, promovendo a inclusão social e fortalecendo a agricultura camponesa (figura 4 - A e B) com alimentos como a banana.

Figura 4. A) Produtores rurais do assentamento no corte de bananas destinadas à merenda escolar
B) Processo de amadurecimento natural para a entrega



Fonte: acervo dos autores, 2024.

8 O PROGRAMA LUZ PARA TODOS

Apesar do desejo inicial dos assentados pela criação de gado leiteiro, os primeiros financiamentos priorizaram o gado de corte dadas as condições da comunidade, em especial, devido às dificuldades de armazenamento e transporte do leite em estradas precárias e principalmente pela ausência de energia elétrica para sua conservação. Alguns proprietários de vacas leiteiras optaram por processar o leite, produzindo queijos artesanais de salmoura que eram comercializados na agrovila e na cidade.

A introdução da eletricidade no assentamento no ano de 2011, através do programa Luz Para Todos - instituído pelo Decreto 4.873, de novembro de 2003 (Brasil, 2003), foi recebida com um misto de grande admiração e esperança, relataram todas as entrevistadas. Antes disso, as duas únicas fontes de iluminação eram as lamparinas ou as velas, expuseram as camponesas, e quem não tinha condições de comprar velas ou óleo diesel usava panos de algodão embebidos em manteiga dentro de vasilhas metálicas como alternativa para iluminar, dada a situação de carência.

A eletrificação ou “chegada da energia elétrica” trouxe profundas mudanças ao assentamento Santo Antônio do Beleza. Segundo relatos das camponesas entrevistadas, “foram tomados por uma imensa alegria” (Camponesas, 1, 6, 8, e 9, 2023). As mesmas expuseram que expressaram sua gratidão oferecendo aos funcionários instaladores da rede de energia o que tinham de melhor: porcos, galinhas, bananas e outros produtos e alimentos, tamanha era a satisfação. Conforme uma assentada, “A alegria era visível e a luz que iluminava as casas parecia refletir a renovação das esperanças e sonhos de toda a comunidade na produção e na melhoria da vida das famílias” (Camponesa 4, 2024).

No assentamento, a chegada da eletricidade trouxe melhorias significativas para os parceiros tanto na vida familiar quanto na produção econômica, pois passaram a desfrutar do acesso à simples amenidades como beber água gelada (situação comum na cidade) e levá-la em garrafas térmicas para as atividades da roça, bem como conservar alimentos, usar ventiladores, ter chuveiro elétrico, assistir televisão ou ouvir rádio e outros equipamentos de sonorização, e até mesmo se beneficiar da telefonia celular e internet após a instalação de torres de comunicação disponibilizadas por empresas privadas, dentro do plano de universalização das comunicações, reorientado pelo governo Lula em 2003 com foco na inclusão e democratização de acesso. As torres de comunicação foram construídas em vários pontos do assentamento logo após a instalação da rede elétrica, facilitando a comunicação.

O efeito dessa conquista foi tão significativo que pequenas ações como o registro fotográfico de um padrão de energia recém-instalado, tornou-se motivo de celebração e comunicação aos familiares e conhecidos fora do assentamento, conforme relata uma assentada. Essa alegria é ilustrada pela figura 5, que mostra a imagem de um padrão de eletricidade (poste com fiação elétrica) retratado de uma janela e compartilhado posteriormente quando do acesso via rede social para informar os familiares sobre a chegada da tecnologia.



Figura 5. Eletrificação rural, Programa Luz para Todos



Fonte: Jane Matos da Silva, 2010.

A instalação da rede de distribuição de eletricidade simbolizou não apenas progresso material, mas também foi elemento simbólico de esperança e inclusão social daquela comunidade, bem como acesso ao mundo das informações, produções artísticas, religiosas, educativas, entretenimentos, dentre outras a que foi oportunizado pela eletrificação rural e a comunicação.

Conforme relata uma moradora em sua vivência de assentada, para muitos, essa imagem pode não ter muito significado, mas para os moradores de áreas rurais distantes, acessar a energia elétrica em suas parcelas (lotes rurais) era “uma maravilha de outro mundo” (Camponesa 1, 2023), relata de modo sorridente, situação reforçada por todas as outras entrevistadas. Outro elemento importante de possuir energia elétrica foi a inserção de amenidades domésticas (geladeira, televisores, ventiladores, ferro elétrico, máquinas de lavar roupa) que facilitam a vida da mulher camponesa, em especial porque constituem melhorias e agilidade nos afazeres domésticos, assim como proporcionam maior conforto às famílias, conforme expuseram todas as entrevistadas.

Além disso, a chegada da energia, segundo as assentadas, trouxe a possibilidade de investir com mais segurança na pecuária bovina leiteira, com a instalação de tanques resfriadores fornecidos por uma empresa privada em locais estratégicos, nos quais os produtores passaram a conservar o leite adequadamente, atendendo à produção local de maneira eficiente e contínua.

9 MORADIA: GARANTIA DE DIGNIDADE E SEGURANÇA PARA AS FAMÍLIAS

No ano de 2008, parte dos habitantes viu realizado também o sonho da construção da moradia, possibilitando melhoria nas condições de habitação dada a precariedade das habitações em que residiam. O recurso foi oriundo do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo Decreto 5.247/2004. Em 2009 foi criado o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no âmbito do Minha Casa, Minha Vida, pela Lei nº 11.977/2009 (art. 1º, II) e beneficiou outro conjunto de assentados, pois sua finalidade era a de subsidiar a



construção, reforma, ampliação ou conclusão de moradias para agricultores familiares, trabalhadores rurais e comunidades tradicionais.

A política pública de moradia é uma das principais demandas do Brasil, mas frequentemente era voltada apenas às cidades dada a intensidade da precariedade em zonas urbanas e a alta demanda em virtude da rápida urbanização do país. Neste sentido, em áreas de assentamentos rurais tal política é bem recente, garantindo às famílias o acesso a habitações seguras e dignas.

No contexto do Assentamento Santo Antônio do Beleza, o programa habitacional foi fundamental para assegurar a fixação das famílias na terra, promovendo conforto e estabilidade, uma vez que até a instalação das moradias definitivas proporcionadas através do subsídio governamental, a grande maioria possuía habitação de pau a pique (taipa de mão), proporcionadas pela autoconstrução emergencial sob lonas plásticas e/ou com a utilização de elementos naturais como folhas de palmeiras para a cobertura da casa, basicamente feita de paus roliços extraídos da mata local.

Morar de forma adequada em casas de alvenaria significou, conforme relataram todas as camponesas mais do que ter um teto ou um espaço físico construído; oportunizou ter acesso a um espaço que favorece o bem-estar, a saúde, a segurança e a estabilidade emocional e econômica, contribuindo para a continuidade da vida rural e para a construção de um futuro mais promissor para as próximas gerações.

Além disso, as moradias no contexto do assentamento reforçaram a identidade das famílias camponesas com a organização de jardins como espaços estéticos, quintais com plantas medicinais, hortas com verduras (alface e couve, dentre outras), legumes (frutos e tubérculos como tomate, cenoura, abobrinha, batata, quiabo, dentre outros), temperos e ervas aromáticas (salsa, cebolinha, manjeriço, alecrim, pimentas diversas) e flores comestíveis (brócolis e couve-flor), além de pomares onde são cultivadas uma diversidade de plantas frutíferas (Camponesas 1, 2, 5 e 6, 2023).

Deste modo, observa-se que a questão da habitação marca também uma fixação na terra, e ainda manifesta um enraizamento de projeto coletivo de ocupação da terra e resistência, que vai ao encontro da luta histórica por justiça social e acesso à terra e dignidade para camponesas e camponeses. A qualidade da moradia influencia diretamente na organização familiar, nas condições de trabalho, educação, saúde e reprodução sociocultural, sendo uma base fundamental para a consolidação do assentamento, situação que envolve além da posse da terra o habitar um lugar, um pertencimento.

10 PRONAF MULHER: FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O PRONAF Mulher é uma vertente do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar voltada especificamente para agricultoras. Ele possibilita acesso a crédito com condições especiais para financiar atividades produtivas lideradas por mulheres. Segundo Andrea Butto (2011, p. 19), essa política foi criada em 2003/2004 no âmbito do Plano Safra, não apenas apoia a autonomia



econômica feminina, mas também reconhece o papel central das mulheres na produção agrícola e na organização das comunidades rurais. No Plano Safra 2004/2005 a linha foi consolidada como crédito específico “PRONAF Mulher”.

No entanto, no assentamento Santo Antônio do Bezeza, o PRONAF Mulher foi pouco procurado pelas mulheres devido à falta de conhecimento dessa política, bem como ainda persistem situações patriarcais como relataram (Camponesas 1, 7, 9 e 10, 2023). Afirmam que o contato com as políticas e os serviços financeiros se davam essencialmente pelo público masculino (acesso a lideranças políticas, sindicatos, bancos e agências de fomento).

Mas a partir de processos de educação escolar básica, técnica e superior, foram acontecendo mudanças substanciais, sendo que muitas mulheres passaram a acessar nos últimos anos tal programa, em especial para a agregar valor à produção artesanal local e comercialização junto à cidade.

11 DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS: PROTEÇÃO ÀS TRABALHADORAS RURAIS

A trajetória das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil em busca do direito à aposentadoria foi longa e marcada por desigualdade e invisibilidade. Durante décadas, a previdência social rural refletiu a estrutura patriarcal da sociedade, negando a elas qualquer reconhecimento como trabalhadoras e cidadãs de direitos. Até a década de 1980, como destaca Brumer (2002), as mulheres eram vistas apenas como dependentes dos homens, sem acesso direto aos benefícios previdenciários.

A Lei Complementar nº 11, de 1971, reforçava essa exclusão ao reconhecer apenas os homens chefes de família como beneficiários da previdência rural, conforme apontam Costa e Ribeiro (2018). Isso significava que, mesmo após anos de trabalho árduo no campo, com jornadas triplas (trabalho na roça, trabalho doméstico e cuidado com os filhos) as mulheres não tinham direito a uma aposentadoria própria, nem mesmo acesso a qualquer tipo de proteção previdenciária.

Foi somente com a mobilização de movimentos sociais e feministas que essa realidade começou a mudar o direcionamento da política previdenciária. Silva e Souza (2018) explicam que a intensa luta das mulheres trabalhadoras rurais ao longo das décadas de 1970 e 1980 resultou em uma das maiores conquistas da história: a Constituição Federal de 1988.

A Carta Magna garantiu, pela primeira vez, o reconhecimento formal das mulheres como seguradas da previdência social rural, possibilitando-lhes direitos como a aposentadoria por idade e o salário-maternidade, reconhecendo seu papel fundamental na constituição territorial dos assentamentos, na educação, na manutenção da vida familiar e econômica.

No entanto, mesmo assim os desafios persistiram. Nogueira (2018) lembra que, logo após a promulgação da Constituição, o então presidente Fernando Collor vetou a licença-maternidade para as agricultoras familiares, evidenciando um retrocesso que reafirmava o descaso do Estado com viés



neoliberal, para com as necessidades das mulheres do/no campo, como se fossem menos que os homens do campo e também menos que as mulheres pertencentes ao espaço laboral e social urbano.

A luta, portanto, não terminou com a Constituição de 1988. Ainda foi necessário enfrentar barreiras burocráticas e resistências políticas para que esses direitos fossem plenamente implementados. Kreter e Bacha (2006) destacam que, mesmo nos anos seguintes à promulgação da constituição, muitas mulheres camponesas enfrentaram dificuldades para acessar os benefícios garantidos por lei (licença-maternidade e aposentadoria). Ainda assim, essas conquistas transformaram a vida de milhares de trabalhadoras.

Salvaro, Lago e Wolff (2013) ressaltam que esses direitos não apenas trouxeram segurança financeira, mas fortaleceram a autonomia das mulheres, permitindo que tomassem decisões sobre suas próprias vidas sem depender economicamente de maridos ou filhos. Mais recentemente, Fonseca et al. (2021) demonstraram que a inclusão das trabalhadoras rurais no sistema previdenciário teve efeitos diretos na redução da pobreza no campo, fortalecendo a economia local e promovendo mais dignidade para as famílias.

Para muitas, a aposentadoria representa mais do que um valor mensal: é o reconhecimento de uma vida inteira de trabalho invisibilizado. No assentamento Santo Antônio do Beleza, essa conquista se concretizou na vida de diversas mulheres que finalmente puderam acessar seus direitos previdenciários. Hoje, muitas são beneficiadas, garantindo não apenas uma fase mais digna quando idosas, mas também condições para comprar seus remédios e cuidar de seus filhos e netos sem perder sua estabilidade financeira, ou passar a depender desses ou de terceiros (Camponesas 1, 2, 4 e 7, 2023).

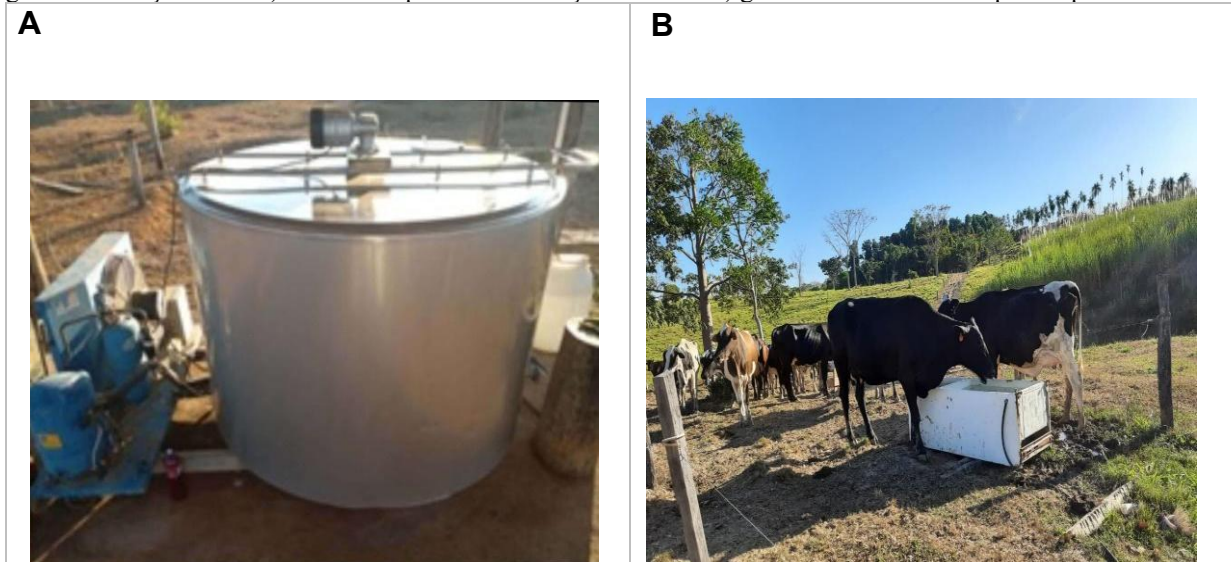
Por fim, Silva e Silva (2014, 2020) reforçam que a previdência social vai além do aspecto econômico; ela é um instrumento de transformação social. Brumer (2002) conclui que essa conquista não foi um presente do Estado, mas o resultado de décadas de mobilização das mulheres trabalhadoras rurais constituintes da economia e vida no campo. Apesar dos avanços, a batalha ainda não acabou: garantir a continuidade desses direitos e evitar retrocessos é uma responsabilidade coletiva. A história das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil é a história da resistência. Cada benefício carrega consigo as marcas da luta e da coragem daquelas que nunca aceitaram a exclusão como destino.

12 A PRODUÇÃO LEITEIRA: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA ECONOMIA

Na época do estudo, o assentamento contava com 12 resfriadores de leite (figura 6) fornecidos por uma empresa, com uma produção diária de cerca de 10 mil litros. Os/as camponeses/as iniciam suas atividades às quatro horas da manhã para ordenhar as vacas. Após a ordenha, o leite é transportado de moto cargueira (estrutura metálica com o suporte para dois tarros de leite) até os resfriadores localizados nos pontos mais próximos de suas propriedades (Camponesas 4, 5, 6 e 7, 2023).



Figura 6. Produção local A) Resfriador para a conservação do leite. B) gado bovino leiteiro adquirido pelo PRONAF/A



Fonte: Jane Matos da Silva, 2024.

Embora a maior parte desse leite seja resfriado para venda em maior escala, as mulheres camponesas transformam uma parte significativa em produtos derivados como queijo coalho, iogurtes, manteigas, requeijões, doce de leite e ricota (figura 7) e elas complementam com produtos cultivados (mamão, batata, mandioca, abacaxi, bem como doces diversos) que são vendidos em uma feira local na agrovila e também na sede municipal na cidade de Vila Rica, impulsionando a economia interna do assentamento e do município pela geração de renda e retorno de investimento. Através dessas atividades, as mulheres camponesas não apenas geram renda, mas também fortalecem a comunidade ao investir os ganhos no comércio local, criando um ciclo de crescimento e prosperidade para todos e ao mesmo tempo um grau de liberdade econômica pessoal e familiar.

Figura 7. Feira de mulheres na agrovila do assentamento Santo Antônio do Beleza – MT (2024). A) produtora de doces artesanais B) fundadora da feira de produtoras rurais



Fonte: acervo dos autores, 2024. Imagem cedida pela Associação de Produtoras Artesanais.

Além disso, o assentamento abriga uma beneficiadora de farinha de mandioca (farinheira - figura 8), administrada por quatro famílias, que produzem uma média de 1.500 kg de farinha por mês, estrutura que foi adquirida por meio de Políticas Públicas do governo do estado de Mato Grosso, em parceria com o município de Vila Rica.

Figura 8. Farinheira comunitária: A) Ralador de mandioca B) Torrador de farinha



Fonte: acervo dos autores, 2023. Imagem cedida por Daniel Silva Santos.

Essas atividades produtivas (figura 8 e figura 9) geram trabalho para várias pessoas da comunidade, pois os processos de plantio, limpeza, colheita e descascamento da mandioca são realizados manualmente e envolvem mão de obra de diversas famílias.



Figura 9. Plantio de Mandioca (*Manihot esculenta*)

Fonte: acervo dos autores, 2024. Imagem cedida por Daniel Silva Santos.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa fica evidente que na ocupação espontânea inicial as adversidades e os desafios enfrentados ao longo do tempo foram muitos: ausência de estradas, moradias de pau a pique, falta de acesso à educação e saúde, insegurança alimentar, ausência de rede de energia e comunicação, dificuldades financeiras, dentre outras. Mesmo assim, houve a determinação da comunidade do assentamento em buscar uma vida digna pelo direito do acesso à terra, para viver, trabalhar e produzir nela.

Embora o apoio sindical tenha sido incipiente inicialmente, pois foi uma ocupação irregular à qual se mostrava contrário, haja vista que havia inscritos cadastrados alocados para a área, após a forte resistência da comunidade e a constituição da associação dos assentados, o representante sindical buscou junto ao INCRA regularizar a ocupação. O mesmo também mobilizou autoridades municipais, estaduais e federais para o acesso às políticas públicas no assentamento.

Tal situação, através das reivindicações, fez com que diversas políticas públicas do governo federal que foram elaboradas no país pelos governos democráticos-populares fossem materializadas no assentamento. Destacam-se, de modo articulado, os principais resultados empíricos e qualitativos: houve acesso a políticas estruturantes (regularização fundiária, Bolsa Família, PRONAF, melhoria viária, Luz para Todos, PNHR, PNAE, PRONAF Mulher, Previdência Rural, Educação Pública, saúde e universalização da comunicação) e seus efeitos se concretizaram na melhoria das condições de vida, segurança alimentar, trabalho, produção e renda, autonomia feminina e fixação das famílias.

É possível afirmar que após o entendimento e a organização comunitária, o papel do sindicato dos trabalhadores rurais foi fundamental nesse processo de efetivação desses camponeses, fornecendo apoio, representação e luta pelos direitos da comunidade em especial para a busca junto às autoridades governamentais da efetivação de projetos diversos originados das demandas locais e que se sintonizavam com as políticas públicas em voga. Ressalta-se ainda que a articulação



intergovernamental (União–Estado–Município) foi determinante para a materialização dessas políticas.

Demonstra-se, assim, no caso estudado: em primeiro lugar o efeito altamente positivo que os investimentos governamentais podem exercer na vida camponesa; em segundo lugar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento local e da justiça social ao campesinato precarizado é essencial, situação que o tal “livre mercado” não se envolve; em terceiro lugar que o caso analisado é um registro social relevante e de referência para formulações de políticas regionais em Mato Grosso e no Araguaia, bem como a outros assentamentos no país.

Destarte, o êxito do Assentamento Santo Antônio do Beleza resultou da integração entre as diversas políticas: acesso à terra, abertura viária, fomento à produção, habitação, educação, saúde, energia e seguridade social, configurando um modelo de desenvolvimento rural integrado. Assim, tais políticas, quando articuladas territorialmente, promoveram o desenvolvimento humano e comunitário.

No entanto é preciso alertar sobre os riscos de desmonte das políticas públicas em contextos de governos neoliberais ou de extrema direita, que reduzem o investimento social e enfraquecem as instâncias participativas, pois os programas executados no assentamento possuem vínculos diretos com os princípios de governos de cunho democrático-popular e com alta preocupação social. Assim, é preciso considerar a importância de olhar continuamente a realidade popular camponesa, impulsionando atividades educativas e socioeconômicas das comunidades do campo, bem como os/as camponeses/as precisam resguardar coletivamente seus interesses, com clareza das opções políticas que se apresentam.

Por fim, registra-se que as políticas públicas de apoio às situações de vulnerabilidade e sua superação foram e ainda são essenciais ao desenvolvimento socioeconômico do/no assentamento, e quando aplicadas reafirmam a possibilidade de existir, viver e produzir dignamente no campo.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003. Institui o Programa “Luz para Todos”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 nov. 2003.

BRASIL. Decreto nº 5.247, de 19 de outubro de 2004. Dispõe sobre o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 out. 2004.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jul. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar (PNAE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jul. 2009.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Programa Luz Para Todos: sobre o programa. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/sobre-o-programa>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. Sociologias, n. 7, p. 50-81, 2002.

BUTTO, Andrea. Políticas públicas para as mulheres rurais no Brasil: o caso do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

COSTA, Maria; RIBEIRO, João. Mulheres e previdência social: avanços e desafios na seguridade rural. São Paulo: Editora Social, 2018.

FABRINI, Edmilson; FERNANDES, Bernardo Mançano. Modernização da agricultura e territorialização do capital no campo brasileiro. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). Territórios, territorialidades e globalização. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 65–92.

FONSECA, Ana et al. A previdência rural como instrumento de combate à pobreza no campo. Brasília: IPEA, 2021.

KRETER, Ana Cecília; BACHA, Carlos José Caetano. Avaliação da equidade da previdência no meio rural do Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 467-502, jul./set. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/vJSZ6Zw6nCwH4hV5DhtrMNC/?format=pdf&lang=pt>

LEITE, Sérgio Pereira. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: o caso do PRONAF. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Contexto, 2000.

MENDES, Maria Fernanda. Políticas públicas de desenvolvimento rural como instrumentos de enfrentamento da pobreza e da insegurança alimentar no Brasil. Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas POLITI(k)CON, v. 1, n. 1, mar.-jul. 2021. ISSN: 2763-5945. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/politikcon/article/view/5364>. Acesso em: 9 abr. 2025.



NAVARRO, Zander. O governo FHC e a agricultura: a reforma agrária de mercado e o Banco da Terra. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 39, n. 4, p. 77-99, 2001.

NOGUEIRA, Patrícia. Políticas públicas e direitos das trabalhadoras rurais no Brasil. Recife: Editora Universitária, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. ISSN 0103-4014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300014>

SALVARO, Rita; LAGO, Cátia; WOLFF, Fernando. *Seguridade social e empoderamento feminino no campo*. Florianópolis: UFSC, 2013.

SANTOS, D. da S. *Reforma agrária e filosofia da práxis: caso do Assentamento Santo Antônio do Beleza, Vila Rica – MT*. Vila Rica, MT: Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia, 2022. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Filosofia).

SILVA, Antônio; SILVA, Beatriz. *Previdência rural: conquistas e desafios para as mulheres trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

SILVA, Antônio; SILVA, Beatriz. *Direitos previdenciários das mulheres do campo: uma análise histórica e social*. 2. ed. Brasília: UnB, 2020.

SILVA, Mariana; SOUZA, Ricardo. *Movimentos sociais e direitos das trabalhadoras rurais: trajetória e conquistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VILA RICA (MT). *Acervo de Ofícios*. Vila Rica, MT, 2024. Arquivo interno.

